

## **Ata da 9ª Reunião de Projeto Político Pedagógico**

### **Direitos e Deveres de Membros do Projeto Cursinho Popular Mafalda**

A 9ª reunião de PPP se passou no dia 19/09/2015 (dezenove de setembro de dois mil e quinze) e teve como propósito a discussão de acontecimentos dentro do Mafalda e de suas repercussões. A reunião aconteceu no período pós-aula, das 17h20min às 18h30min na sede provisória do Cursinho e teve a presença de 50 (cinquenta) pessoas que integram o Mafalda, elas são: Thaís Portansky, Gabrielle Idealli, Letícia Tihany, Talita Amaro, Rosenayê Mello, Hauan Nogueira, Bianca Goyano, Jeniffer Falconeri, Lara Vieira de Carvalho, Beatriz Vitória Bento, Leilso Antônio Carneiro da Silva, Eduarda Cardoso da Silva, Nathalia Aguiar, Carlos Nicodemo, Rebeca Lima da Silva, Nayara Carvalho A. Silva, Patrícia Freire, Noemi Conti Gonçalves, Rafaela Evangelista, Grazielle da Silva Dias, Jennifer Barbosa, Danilo Farias, Stefany Moreira Castro, Gabriela Marroque, Fernando de Mattos Menezes, Rádamis do Nascimento Barroso, Camila Medeiro Santos Dias, Renata Cristina Pereira, Alessandra Ribeiro de Souza, Yasmin Silva Gasperini, Wellington Moreira da Silva, Andrei Fokin Teixeira, Vinícius Martins Gonçalves, Yana Ribeiro Magalhães, Tainá Farias, Matheus Oliveira Fernandes, Ana Beatriz R. da Silva, Sandi de Oliveira Aurélio, Tiago Galvão de Andrade, Caio Henrique Vicente Romero, Vítor Martins Gonçalves, Marina Cajado, Tatiana Martins Venâncio, Vitor Bauchert Braz, Letícia Fidalgo.

A estudante Rosenayê Mello abre a discussão apresentando o acontecimento desagradável que foi a forma como o educador X, relatou um fato pessoal, expondo de modo machista e ofensivo uma pessoa com quem se relacionou noutro. Evento este não ser isolado. Rosenayê fala que em outros momentos o educador se comportou de forma inapropriada, hierarquizando gênero e fazendo comentários xenofóbicos. E diz que seu intuito ao evidenciar tal sucedido é que não volte mais a se repetir, e também para que X se retrate publicamente, com as estudantes para quais dá aula, para a coordenação etc.

Gabriella Marroque diz já foi confidente de estudantes que se sentiram oprimidas por comentários machistas de educadores. Fomenta que a tolerância com esse tipo de comentários não deve existir. E que é relevante que hajam muitos espaços para discussões dessa linha, dando toda abertura à estudantes falarem o que lhes é ofensivo. Sugere que haja uma plataforma on-line para comunicação.

Rosenayê Mello exprime que é fundamental rever a noção de privilégios, e que tê-los faz com que a posição de opressor tenha maiores chances de ser tomada. E que após o comentário dele, que gerou o desconforto, houve burburinhos por parte de estudantes que não se contemplaram com essa fala, X tomou a posição de não admitir conversas paralelas durante a aula, excluindo que a fala entre estudantes adveio de uma conduta tomada por ele.

Sandi Aurélio diz que a forma como ele se referiu à ex-namorada pode conter uma carga emocional forte, por possivelmente ter sido uma má experiência pessoal. E diz que não crê ter sido a intenção do educador ofender todas as mulheres da sala.

Hauan Nogueira profere que é crucial ser atenta (o) ao que se diz em um ambiente de aprendizagem, quanto mais em função de educadora (or).

Rosenayê Mello articula que já não acha pertinente ter uma visão não-problemática de algo que é desfavorável à construção, ou desconstrução, social. E que o valioso é que haja comunicação e aprendizagem.

Bianca Goyano evidencia que não é a primeira vez que algo desse caráter ocorre. Fala que o educador não tem direito algum a expor e ofender qualquer pessoa que seja. Sugere ele seja advertido.

Lara Vieira diz que se sentiu ofendida quanto mulher que é, fala também que não é um fato isolado. Diz que uma primeira medida poderia ser uma conversa.

Rosenayê Mello diz ser construído em comum senso comum valores de punição. Diz que não acredita que a punição viabiliza o entendimento (fala isso tendo visado o comportamento do educador ao falar grosseiramente da antiga namorada. Que xingá-la não é positivo de nenhuma forma num possível processo de superação de uma experiência traumática) e que por decorrência disso, as aulas perdem o tempo valioso e as matérias acabam sendo passadas as pressas.

Vítor Martins expressa que não interessa qual formação e experiência pessoal negativa as pessoas tenham, o Mafalda não é lugar para expô-las. Que é foi ofensivo o comportamento dele e propõe que seja feito algum tipo de “punição” para aqueles que ultrapassarem os limites.

Vinícius Martins questiona qual era a educadora que estava dividindo a aula com esse educador e se isso interferiu de certa forma no comportamento de X.

Jeniffer Falconeri diz que foi a educadora Y, que ela chegou após esse ocorrido e que após a chegada de Y, ela foi responsável pela exposição do conteúdo da aula, não havendo ligação com a situação anterior.

Talita Amaro salienta que não é a primeira vez que um educador tem comportamento machista e que não será a última. Acredita ser interessante haver um mecanismo de ação que diminua efetivamente casos como este e que se se repetirem, tenha algum tipo de correção. Enfatiza que todas (os) são responsáveis porque o Mafalda é um ambiente estrutural, e se ocorre é por não haver tido medidas para modificar isso. Entra na questão de saber ou não saber, de fato, que o Mafalda é um Cursinho Popular e que se não sabe, por que não, fala de uma possível clareza na apresentação do Projeto. Articula que uma medida punitiva deve acontecer, mas que é primordial pensar em algum tipo de formação pedagógica, apresentando com transparência o que é o Mafalda.

Rosenayê Mello deseja uma retratação pública do educador.

Marina Cajado diz que a evidenciação de uma falha pessoal é uma ótima forma de provocar reflexão.

Talita Amaro aborda que é vantajoso que haja espaço para comunicação geral, tornando público questões como a levantada no dia em apontado para que seja trabalhada.

Gabrielle Idealli sugere que a sanção venha em forma de manifestação/retratação pública. E retoma o argumento de Talita dizendo ser fundamental haver algum tipo de formação e informação pedagógica, acrescenta que é interessante tanto para educadoras (es) quanto para estudantes de forma geral.

Anne Nobre fala que enxerga como um problema institucional, e por isso deve ser resolvido coletivamente. Diz acreditar em comportamentos execráveis, não em pessoas execráveis. Traz a discussão de punição & disciplina, e questiona a efetividade de medidas retaliativas. Propõe que as pessoas se coloquem sempre no lugar da outra (o) como estratégia de compreensão.

Caio Romero sugere que haja uma conversa da coordenação e também que estudantes posicionarem mostrando ser contrárias (os) ao comportamento do educador.

Vítor Martins diz que tal ocorrido foi impactante. Acredita que conversas paralelas contribuem para a não intervenção e mudanças claras. E concorda em primeiramente uma conversa com o educador e, se não houver mudanças, intervenção evidente é o caminho.

Talita Amaro questiona se há qualquer outro caso que alguma (algum) das (os) presentes queira ressaltar.

Lara Vieira traz à tona o educador Z ter feito comentários machistas em situações anteriores.

Gabrielle Idealli diz que o sucedido é importante para que se torne exemplo de que fique evidente que tal conduta não é aceitável, para que não se repita, ou surgir, que seja o menos recorrente possível. Salienta que são problemáticas as ações discriminatórias.

Talita Amaro fala que é elementar o grupo pensar em propostas de mecanismos de formação regular e gerar medidas para a mudança real. E fomenta que a colocação, pessoalmente ou on-line é indispensável para o sucesso do projeto.

Anne Nobre fala sobre a importância de se haver espaço para que estudantes deem o retorno.

Gabriella Marroque diz que dia em questão recebeu um retorno crítico por parte de estudantes após uma fala sua mal colocada.

Lara Vieira enuncia que educadoras (es) têm papel e influência direta na formação de opinião e que por vezes estudantes reproduzem o que ouvem em aula, demonstrando assim que necessita atenção ao que se fala.

Gabrielle Idealli acha que não se deve crer em ser apenas um ponto. E que por vezes o que a (o) educadora (or) é institucionalizado. Acredita ser fundamental deixar transparente atribuições de integrantes do Projeto. E que não problemas de conduta não são tão simples de serem resolvidos pois há entraves pessoais e institucionais que demandam tempo, reconhecimento do erro e privilégios sociais e vontade de transformação

Marina Cajado acha interessante haver vários canais para que haja maior diálogo entre as (os) membros do Projeto.

Tatiana Venâncio frisa que a abertura para “errar” leva à construção pessoal por meio de reflexão, elevando o erro a um patamar que haja possibilidade de aprendizagem.

Anne Nobre fala sobre a importância da abordagem correta, que aumenta a probabilidade de dar certo a advertência.

Gabrielle Idealli diz que não é funcional buscar amenizar a o sucedido falando de forma que mascare a problemática presente.

Yana Magalhães retoma a fala de Anne, dizendo que uma boa tentativa é sugerir que se ponha sempre no lugar da (o) outra (o).

Talita Amaro indica que a reunião está se encerrando e apresenta que a proposta para a próxima PPP é discutir as ideias e propostas pensadas até a data da reunião seguinte para gerar mudanças institucionais dentro do Projeto. E recomenda a leitura dos manuais de conduta que se encontram no site [www.cursomafalda.com.br](http://www.cursomafalda.com.br).

Caio Romero diz que a conversa deve ter o intuito de que posturas sejam repensadas, senão, que haja alguma advertência mais enfática.

Talita Amaro destaca que já ocorreram aborrecimentos e que até então não havia sido pensado uma política de expulsão. E que se essa medida for adotada, antes ela precisa ser instituída.

Vítor Martins levanta o impasse que a punição pode servir como reforço negativo, mas que a não punição dê possibilidade de reforçamento de comportamentos inapropriados. E salienta que é preciso diálogo franco.

Rádamis Barroso sugere que para a próxima reunião sejam pensadas políticas para lidar com situações como esta.

A reunião se encerra por volta das 18h30min visando o objetivo da próxima reunião de Projeto Político Pedagógico, que será delimitar direitos, deveres e atribuições das (os) integrantes da Comunidade Mafalda.

